

AS CAUSAS E MUDANÇAS NA PERCEPÇÃO DO DESEMPREGO

Palavras-chave

economia, política
econômica, emprego,
desemprego, mercado de
trabalho.

Jefferson Mariano*

Keywords

economy, political
economy, employment,
unemployment, labor
market.

Biografia

* Sociólogo e Mestre em
Economia Política (PUC-
SP) e Doutorando em
Economia (UNICAMP);
Professor de economia
da UNINOVE e Analista
Socioeconômico da
Fundação IBGE.

RESUMO

O presente artigo pretende caracterizar as tendências referentes à evolução do emprego e desemprego no Brasil, apontando os fatores que poderiam ter contribuído para a evolução do desemprego. Apresenta a polêmica acerca dos fatores que tenderiam a inviabilizar a contratação de novos trabalhadores e o chamado custo Brasil. Busca refletir sobre as relações existentes entre a PME- IBGE e a PED- DIEESE.

ABSTRACT

The objective of this paper is to characterize tendencies related to the employment and unemployment evolution in Brazil, pointing out factors that might have contributed to the employment evolution. Presents the controversy about factors that may turn unfeasible hiring new employees, as well as, "Brazil cost". Aims to reflect on the links between the PME and PED.

1. INTRODUÇÃO

A leitura do desenvolvimento da sociedade brasileira, ocorrido nas últimas décadas permite-nos observar o quadro de estagnação econômica, fato que pode ser observado pelos mais diversos indicadores econômicos disponíveis, bem como pela deterioração dos indicadores sociais.

De fato, ao se observar os dados referentes à evolução do PIB – Produto Interno Bruto percebe-se que apenas, durante o período inicial do plano Real é que se desenha um ensaio de crescimento mais virtuoso, sendo posteriormente obliterado pelas crises externas.

Ao longo da década de oitenta, o crescimento nulo da economia brasileira foi pautado pelos ajustamentos, em função de restrições externas, principalmente devido à crise da dívida da dívida externa, associada a um eminente quadro de hiperinflação e praticamente falência do Estado. Na década de noventa ocorre praticamente uma repetição desse cenário, no entanto agravado por profundas transformações no cenário internacional. Aliado a esse processo observa-se o forte crescimento nos indicadores de desemprego.

Em março de 1990, tem-se a instituição do plano Collor, cujo objetivo principal era o de estancar o crescimento dos índices de inflação. O plano não obteve êxito quanto aos principais objetivos, persistindo a crise econômica e as medidas adotadas geraram um quadro recessivo, com impacto negativo, principalmente com relação aos indicadores de emprego.

Diante da estagnação econômica e do fracasso de mais uma tentativa de debelar a inflação é que ocorre a implementação do plano Real. O principal aspecto virtuoso do plano foi a estabilidade econômica possibilitada pelo estancamento do processo inflacionário.¹ No entanto, os principais pilares do plano Real: valorização artificial do câmbio e a elevação das taxas de juros foram fatores que levaram a perda de competitividade das indústrias nacionais. Inúmeras pequenas e micro empresas viram-se forçadas a reduzir seus quadros funcionais e muitas encerraram as atividades. Vários segmentos da indústria foram praticamente extintos durante esse período.

A perda de competitividade da indústria nacional culminou com a reversão da tendência superavitária da balança comercial. Desde o início do plano o Brasil passou a acumular déficits sucessivos. Com isso aumentou a dependência externa, principalmente ao capital especulativo. No entanto, a partir de agosto de 1995, já começavam a surgir os primeiros impactos na economia brasileira da crise mexicana,

¹ O trabalho em questão não pretende realizar análises minuciosas acerca do plano Real. Para mais informações consultar Aloísio Mercadante, O Brasil pós Real, a política econômica em debate.

sendo agravado posteriormente pela crise asiática em 1997.

As medidas adotadas pelo governo acentuaram o desemprego e a elevação nas taxas de juros colocaram o país novamente no caminho de um quadro recessivo. A partir desse período fica evidenciada a fragilidade do setor externo da economia brasileira.

Outro vetor a pressionar mudanças no âmbito da organização da economia brasileira diz respeito aos processos de globalização.

Assim, nesse período, além dos problemas estruturais relacionados as economias dependentes, presentes na economia brasileira, presencia-se a intensificação de transformações decorrentes de processos de globalização na economia.

Os impactos da globalização, principalmente relacionados a fluxos de capital volátil, já se fizeram presentes na Europa e países centrais desde a década de oitenta, entretanto no Brasil as manifestações desse fenômeno começam a causar impacto a partir, principalmente, das políticas de abertura comercial, iniciadas no governo Sarney e intensificadas durante o governo Collor.

Durante o plano Real, em função de política de estabilidade econômica, assiste-se a consolidação da abertura comercial, principalmente com a importação de bens de consumo duráveis e principalmente não duráveis. Além disso, no âmbito das organizações empresariais esse processo introduz novas práticas de gestão, uma vez que além da concorrência externa, a estabilidade econômica faz com que o vetor da lucratividade das empresas seja deslocado da esfera financeira para a operacional.

No ano de 2002 com a eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva observam-se fortes expectativas no tocante reversão do quadro de estagnação da economia com perspectivas de aumento do número de empregos. Observa-se que ao longo dos quatro anos do primeiro mandato do governo Lula, a problemática do desemprego não foi equacionada de modo que os indicadores de desemprego disponíveis para as principais Regiões Metropolitanas do País apontam comportamento não muito diferente do observado no período imediatamente anterior a seu mandato. Mesmo com o recente ciclo de recuperação da atividade econômica refletida no forte crescimento do PIB principalmente nos anos de 2004 e 2007 permanece o quadro de elevados índices de desocupação.

Desse modo, principalmente partir de pesquisa bibliográfica no âmbito das ciências sociais e econômicas, pretende observar a transição do desemprego de um fenômeno individual para problema de características sociais. Essa análise também utiliza como referencia a Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pela Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Acredita-se a persistência do fenômeno do desemprego e o seu desdobramento sobre a quebra dos vínculos de solidariedade no âmbito das relações de trabalho esteja diretamente associado ao quadro persistente de estagnação

econômica. No entanto, tanto no âmbito da sociologia do trabalho bem como da economia política verifica-se uma série de argumentos no tocante as prováveis causas para a persistência desse fenômeno.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 DE FENÔMENO INDIVIDUAL PARA PROBLEMA SOCIAL

O desemprego se apresenta para as principais nações do globo como um problema de natureza social, no entanto esse é um processo histórico, ou seja, essa percepção de que se trata de um problema da sociedade nem sempre foi uma tendência hegemônica no capitalismo.

Ao longo do desenvolvimento capitalista e praticante até a primeira guerra mundial, o desemprego era encarado pelas mais diversas sociedade como um problema de natureza individual, ou seja, aqueles que não estavam dispostos a se submeter à disciplina fabril eram considerados vagabundos. A idéia vigente era que haveria emprego para todos que estivessem dispostos a vender sua força de trabalho. É verdade que prevalecia o princípio da economia neoclássica, na qual sempre haverá emprego existindo liberdade para o estabelecimento de contratos e principalmente não ocorrendo interferência do governo e de sindicatos no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante nesse período e que está fortemente relacionado a esse quadro de mudanças na caracterização do emprego diz respeito ao grau de participação política nos países capitalistas.

A eclosão da primeira guerra e o conseqüente envolvimento de praticamente toda a sociedade nesse conflito faz com que a partir de então não fosse mais possível excluir a população nas decisões políticas.

Desse modo, observa-se um alargamento da democracia nessas sociedades de tal modo que não é mais possível á esses governos adotar políticas econômicas que venham ocasionar redução na oferta de emprego.

No século XX, sobretudo depois da I Guerra mundial, a ampliação da presença das massas trabalhadoras nas cidades e a conquista do sufrágio universal transformaram em problemas sociais os fenômenos que antes eram considerados resultados da conduta irregular dos indivíduos. A idéia de desemprego, como fenômeno social, produzido pela operação defeituosa dos mecanismos econômicos é muito recente. (Belluzo, 2000, p. 11)

Desse modo, ocorre o surgimento de pressões das massas no sentido de que, os governos a partir desse momento deveriam conciliar as decisões de natureza

política e econômica com a defesa do nível de emprego da sociedade.

No Brasil, o processo de inclusão das massas na vida política ocorrerá com o advento do fenômeno do populismo. Não se pretende no espaço que se segue realizar uma análise do significado do populismo e da era Vargas na política Brasileira. Cabe apenas ressaltar que a edificação do projeto nacionalista de Getulio Vargas, bem como a elaboração de um sistema de proteção social (Legislação trabalhista e previdenciária) esteve fortemente influenciada pela participação das massas urbanas na vida política do país.

Outro aspecto importante a destacar com relação ao desemprego refere-se a que esse fenômeno se apresenta como um problema de natureza eminentemente urbana. Desse modo, no Brasil, com o grande êxodo rural e a forte urbanização ocorrida a partir da década de 60, esse fenômeno passa a ser objeto de preocupação da sociedade.

As estatísticas existentes até então para caracterizar esse fenômeno eram muito frágeis. Somente a partir da década de oitenta, com o quadro crônico é que ocorreram aperfeiçoamentos na forma de aferir o desemprego. No Estado de São Paulo, a partir de 1985 o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos passa elaborar em convênio com a Fundação SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos a Pesquisa de Emprego e Desemprego e com isso demonstrar o quadro crítico pelo qual passava a região mais industrializada do país. Posteriormente, a partir de convênios realizados com principais órgãos estaduais de estatística, a pesquisa foi ampliada para outras regiões importantes do país.

2.2 AS CAUSAS DO DESEMPREGO

Como já destacado é exatamente em meio ao de mudanças ocorridas na economia brasileira ao longo da década de noventa que se pode verificar o processo contínuo de elevação dos índices de desemprego. Mesmo levando-se em consideração os indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE – Fundação Brasileira de Geografia e Estatística observa-se que as taxas de desemprego no Brasil, ao longo da década de noventa apresenta uma tendência ascendente e apesar do crescimento econômico observado a partir de 2004 ainda mantém-se em patamar elevado.

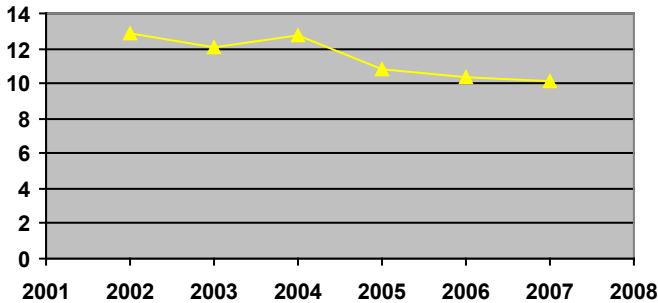


GRÁFICO 1 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO - BRASIL
FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO - IBGE2

Também, de acordo com o DIEESE, as taxas de desemprego permaneceram com uma tendência ascendente desde o início da década, com apenas uma leve queda nos momentos iniciais do plano Real. Porém, mesmo durante esse breve período de recuperação da atividade econômica, os níveis de desemprego permaneceram em patamares superiores aos verificados no início dos anos noventa. As causas e origens do desemprego têm sido objeto de debates e opiniões divergentes há muitos anos, no seio das Ciências Sociais. De acordo com a definição neoclássica uma das principais causas do desemprego seria devido ao fato dos níveis elevados de salários, dados estoques de capital e tecnologia. Assim só poderia ocorrer desemprego em decorrência de entraves no funcionamento do mercado de trabalho. Não ocorrendo nenhuma externalidade, o nível de salário real da economia seria o de equilíbrio, desse modo, todos encontrariam trabalho nesse nível de salário.

Somente interferências ao livre funcionamento do mercado de trabalho poderiam provocar desequilíbrios entre a oferta e a demanda, provocando desemprego. Estas interferências seriam frutos de ação de instituições (por exemplo, sindicatos) que forçariam um movimento nos salários contrário aquele associado às forças de mercado (AMADEO, 1990, p. 15).

A ação sindical poderia restringir a oferta de mão de obra, fazendo com que esse fator se elevasse a um patamar superior ao de equilíbrio.

A definição convencional de oferta de trabalho parte da hipótese de que os trabalhadores exercem uma escolha entre dois conjuntos de bens – o lazer e os bens que podem comprar seus salários. Nessa definição está implícita a noção de que o trabalho gera desprazer, e de há um nível de salário que faz o trabalhador abrir mão do prazer de estar desempregado, ou desobrigado de qualquer compromisso com o trabalho. De fato, o salário deverá ser maior quanto maior for o número de horas de privação do lazer. (AMADEO, 1990, p. 157)

2 A partir de 2002 a taxa de desocupação do IBGE sofreu significativa alteração metodológica. A série em questão refere-se ao mês de março de cada ano.

Na visão Keynesiana, não seria possível comparar o mercado de trabalho ao mercado de mercadorias em geral, como acontece na perspectiva neoclássica. Os trabalhadores não teriam a possibilidade de reduzir ou aumentar a oferta de emprego a cada alteração nos níveis dos salários.

Outra crítica apontada por Keynes ao modelo neoclássico diz respeito a possibilidade de insuficiência de demanda. O nível de emprego da economia dependeria da demanda efetiva que é definida em função da parcela da renda que é gasta entre consumo e investimento. O desemprego poderia desse modo, ser explicado por insuficiência de demanda de bens e serviços, de modo que somente investimentos poderiam impulsionar a demanda, na direção do emprego.

De acordo Paul Singer (1999) há um debate entre liberais e intervencionistas acerca das causas do desemprego no Brasil. Em sua análise os liberais localizariam como causas do desemprego no Brasil, entre outros fatores, a baixa qualificação profissional dos trabalhadores, aliada a processos de inovação tecnológica, que estariam levando um número cada vez maior de empresas substituírem o trabalho vivo pelo trabalho morto. Também a rigidez na legislação trabalhista seria outro fator a contribuir para a não ocorrência de estímulos por parte das empresas para em elevar os níveis de emprego.

Por outro lado, os chamados intervencionistas sinalizariam que o crescimento do desemprego de modo mais acentuado ocorrido nos anos recentes não se deve ao rigor da legislação trabalhista, pois a ampliação da proteção ao trabalhador é muito anterior a esse processo.

Afirmam também que têm ocorrido nos últimos anos um processo de aumento de escolaridade da mão de obra, inclusive com grande número de pessoas com formação superior, em situação de desemprego. É verdade que os liberais também tem questionado a qualidade do ensino convencional, afirmando que as escolas de ensino médio e superior não tem preparado os trabalhadores para o “novo” mercado de trabalho.

Com relação ao desemprego ocasionado em decorrência de processos de inovação tecnológica, haveria a necessidade de que a renda gerada com esses ganhos em produtividade proporcionasse o crescimento e o surgimento de outras atividades. Assim, cada vez que um processo de inovação proporcionasse ganhos em produtividade deveria ocorrer uma ampliação dos gastos para a geração de trabalho em outros setores de atividade econômica.

Desde o início dos anos noventa, vários fatores contribuíram para a elevação dos indicadores de desemprego,

Parece possível identificar três determinantes dessa ampliação do desemprego no período recente. O primeiro seria o ajuste das empresas às variações no nível de atividade

econômica que, devido a acentuada flexibilidade caracteriza as relações de trabalho vigente no Brasil, tende a incidir, principalmente sobre o nível de emprego. Este comportamento foi particularmente importante para a mudança do patamar de desemprego durante a recessão de 1990/1992, com a reação à política de contenção de demanda então adotada. Um segundo elemento causador do aumento do desemprego seria a adoção, pelas empresas, de processos de reestruturação produtiva e organizacional, como mecanismo para enfrentar a recessão no início da década e ampliar a capacidade competitiva frente ao maior grau de abertura da economia. “O terceiro fator seria o movimento de ampliação da taxa de participação de alguns segmentos populacionais, mais especificamente as mulheres e cônjuges” (MONTAGNER, 1998, p. 36).

Também, a partir desse período verifica-se que o processo de incorporação de novas tecnologias pelas empresas teve como contrapartida um aumento na produtividade e no faturamento das empresas, aliada a uma redução dos postos de trabalho. O setor de Hipermercados, no setor de comércio varejista, é um exemplo desse processo. Ao longo da década de noventa, a despeito da crise econômica, esse setor ampliou seu faturamento no período em um patamar muito superior aos demais segmentos do comércio.³

Porém esse processo tem propiciado o surgimento de afirmativas enfatizando que o desemprego estaria ocorrendo devido a falta de preparo da mão de obra brasileira. Desse modo, o trabalhador brasileiro não estaria apto a enfrentar as mudanças nos processos de produção, principalmente nos setores mais dinâmicos da economia. Desse modo, esse processo de mudanças na produção, cada vez mais acelerado seria incompatível com o grau de escolaridade da mão de obra local. Assim, na realidade estariam sobrando vagas nos seguimentos de melhor qualificação, de modo que os trabalhadores com mais elevadas qualificações estariam protegidos do desemprego.

No entanto, percebe-se o crescente desemprego também nos seguimentos de trabalhadores com elevadas qualificações e também em setores mais modernos da economia.

Na realidade, o modelo de desenvolvimento da economia brasileira não permitiu que algumas questões relativas ao emprego fossem resolvidas. Desse modo, o Brasil estaria enfrentando um novo momento de situação de desemprego relacionada ao desenvolvimento tecnológico sem, no entanto ter solucionado problemas básicos referentes a configuração de um processo incompleto de formação de um mercado de trabalho, característica de países subdesenvolvidos.

Além desse aspecto, o desenvolvimento do processo de industrialização brasileira caracterizou-se por um grande êxodo rural, e uma grande concentração de

3 É verdade que o desempenho desse setor de atividade pode ser explicado também em função de sua característica oligopolista. Para mais informações ver Jefferson Mariano, Reestruturação produtiva e emprego na economia paulista: o setor comercial.

trabalhadores nos centros urbanos de tal modo que havia uma impossibilidade de incorporação de contingente cada vez maior de novos trabalhadores.

Nas economias capitalistas centrais, o desemprego estrutural e a heterogeneidade do mercado de trabalho foram resolvidos por intermédio de quatro reformas básicas: (I) fundiária (urbana e rural), (II) tributária (estrutura progressiva), (III) social (estado do bem-estar) e (IV) relações de trabalho (democratização). Sem a realização dessas reformas, o Brasil terminou por encaminhar o excedente da força de trabalho, que conformava o desemprego estrutural, para o chamado setor informal, que a margem das proteções do poder público e das ações dos atores sociais possibilitou o uso de remunerações precárias e diferenciadas setorial e regionalmente. (POCHAMANN, 1998, p. 44).

Outra forte tendência observada com relação a caracterização do fenômeno do desemprego refere-se ao fato de que o chamado “custo Brasil” seria um fator que estaria impedindo a geração de novos postos de trabalho, com isso, inibindo a possibilidade de redução nos indicadores de desemprego.

Essa perspectiva, amplamente difundida entre parcela significativa dos empresários brasileiros, considera que no país, os encargos sociais são extremamente elevados, refletindo diretamente no custo da mão de obra. No entanto, quando se verificam os reais valores referentes aos encargos sociais, normalmente consideram como tais parcelas da remuneração que corresponderia ao efetivo pago ao trabalhador como componente do salário.

Segundo interpretação do DIEESE (1999) a composição do salário do trabalhador corresponderia as seguintes parcelas:

- Salário contratual (incluindo férias);
- Salário adiado ou diferido, correspondendo ao 13º salário e férias;
- Salário recebido eventualmente, correspondendo à verbas rescisórias e FGTS;

De acordo com essa avaliação, os empresários tendem a considerar esse componente salarial diferido como parcela integrante dos encargos sociais. A somatória desses três componentes perfaz o salário do trabalhador. Dessa maneira, fariam parte do salário do trabalhador os seguintes itens:

- Salário contratual;
- 13º salário e o adicional de 1/3 de férias;
- FGTS e verbas rescisórias;

Por outro lado, seriam considerados encargos sociais os seguintes itens:

- Contribuição ao INSS;
- Seguro de acidentes de trabalho;
- Salário-educação
- SESI/SESC;

- SENAI/SENAC;
- SEBRAE.

A partir dessa classificação do DIEESE, os encargos sociais no Brasil representam aproximadamente 30% do salário contratual do trabalhador e não os quase 100%, como afirmam os empresários.

Para Pastore (1998, p.140) os elevados encargos sociais no Brasil, aliado a rigidez da legislação trabalhista estariam impedindo a possibilidade de crescimento da economia, assim como a redução no nível de desemprego. No quadro 1 é possível perceber os itens que estão sendo classificados como encargos sociais.

No entanto, mesmo que fosse considerada essa classificação, na qual a somatória dos encargos sociais e a remuneração ao trabalhador correspondem ao custo total da mão de obra, ainda assim a remuneração do fator trabalho no Brasil não seria o determinante para inviabilizar a produção. Na tabela 1 é possível observar que mesmo considerando a classificação acima mencionada, o custo da mão de obra no Brasil é ainda muito baixo quando comparado com a um grande número de nações, inclusive com um dinamismo inferior ao padrão de desenvolvimento econômico brasileiro.

QUADRO 1 - ENCARGOS SOCIAIS NO BRASIL PARA O SETOR INDUSTRIAL (PESSOAL DE PRODUÇÃO)

Tipos de encargos	% sobre o salário
Grupo A- Obrigações Sociais	
Previdência social	20,00
FGTS	8,00
Salário- educação	2,50
Acidentes de trabalho (média)	2,00
SESI	1,50
SENAI	1,00
SEBRAE	0,60
INCRA	0,20
Subtotal A	35,80
Grupo B – Tempo não trabalhado	
Repouso semanal	18,91
Férias	9,45
Feriados	4,36
Abono de Férias	3,64
Aviso prévio	1,32
Auxílio enfermidade	0,55
Subtotal B	38,23
Grupo C – Tempo não trabalhado II	
13º salário	10,91
Despesa de rescisão contratual	2,57
Subtotal C	13,48
Grupo D – Incidências	
Incidências cumulativas grupo A/B	13,68
Incidência do FGTS sobre o 13º salário	0,87
Subtotal D	14,55
TOTAL	102,06

Fonte: Pastore, José. O desemprego tem cura?

TABELA 1 - CUSTO DA MÃO DE OBRA NO SETOR MANUFATUREIRO – 1993.
(PAÍSES SELECIONADOS) EM DÓLARES

<i>País</i>	Custo horário
Alemanha	24,87
Noruega	21,90
Suíça	21,64
Bélgica	21,00
Holanda	19,83
Dinamarca	19,21
Suécia	18,30
Japão	16,91
Estados Unidos	16,40
França	16,26
Finlândia	15,38
Itália	14,82
Austrália	12,91
Reino Unido	12,37
República da Irlanda	11,88
Espanha	11,73
Nova Zelândia	8,19
Taiwan	5,46
Coréia do Sul	4,93
Portugal	4,63
Brasil	2,68
México	2,41
Hungria	1,82
Malásia	1,80
Polónia	1,40
Tailândia	0,71
China	0,54
Indonésia	0,28

Fonte: Dieese, 1996

Ao se localizar a problemática do desemprego no Brasil como uma decorrência da falta de qualificação da mão de obra no Brasil faz com que se tenha um retrocesso na medida em que, o problema central seria deslocado de políticas de emprego para educação, uma vez que seria necessário repensar o sistema educacional, de modo a preparar o trabalhador para essa nova fase da economia.

Desse modo bastaria ao trabalhador voltar a escola e se qualificar para novamente encontrar inserção no mercado de trabalho. Se, no entanto, não é superior a cinco anos o tempo médio de permanência do trabalhador brasileiro no sistema educacional, seria necessário um período muito longo para que essa mão de obra apresentasse os requisitos demandados pelas empresas.

Assim, uma das alternativas seria verificar as possibilidades de políticas de emprego principalmente em setores na economia com capacidade de absorver esse contingente populacional, principalmente aquele que está sendo excluído devido a processos de inovação tecnológica nas empresas.

2.3 CONCEITOS E DEFINIÇÕES SOBRE EMPREGO E DESEMPREGO

Ao longo do texto foram observadas as características do fenômeno do desemprego no Brasil, enfatizado as alterações recentes ocorridas no mercado de trabalho. No entanto, como foi possível perceber existem duas definições a respeito desse conceito.

No Brasil, o IBGE é o órgão responsável pela produção de estatísticas socioeconômicas oficiais utilizadas pelo governo. Dentre essas estatísticas o órgão levanta indicadores referentes ao mercado de trabalho. O desemprego é captado pelo IBGE em duas pesquisas: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios, realizada anualmente em todas as Unidades da Federação e na PME – Pesquisa Mensal de Emprego, com periodicidade mensal e com cobertura das principais regiões metropolitanas⁴ do país. A PNAD, apesar de mensurar a situação do mercado de trabalho, tem como principal preocupação demonstrar as condições sociais existentes no país levantando indicadores principalmente relacionados à educação, moradia e saúde.

Assim, a taxa de desemprego considerada pelo IBGE corresponde aos dados publicados pela PME, designando como taxa de desocupação. É importante destacar também, em função de corresponder ao índice oficial de desemprego no Brasil, a taxa de desocupação dessa pesquisa segue as recomendações da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

De acordo com a metodologia da PME para seja caracterizada uma situação de desocupação é necessário que a pessoa entrevistada não tenha exercido nenhuma atividade laborial na semana de referência da pesquisa e, além disso, que tenha tomado providências com relação a essa situação nos últimos trinta dias. Ou seja, que a pessoa além de estar desocupada tenha realizado procura por trabalho nesse período. Se passados trinta dias e a pessoa não tenha tomado providências no sentido de procura por trabalho ela passa a ser considerada inativa e desse modo, deixa de fazer parte da PEA – População Economicamente Ativa.

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos socioeconômicos também realiza investigação sobre o mercado de trabalho e divulga a taxa de desemprego a partir da PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego. Essa pesquisa também tem periodicidade mensal e cobertura das principais regiões metropolitanas⁵.

Tradicionalmente as taxas de desemprego do DIEESE são mais elevadas

4 Integram a pesquisa as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

5 Fazem parte do universo dessa pesquisa as regiões metropolitanas de Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. Ocorrendo convênios com órgãos estaduais de estatísticas em cada uma dessas regiões.

do que as observadas pelo IBGE e esse fato se deve às diferenças metodológicas observadas. O DIEESE realiza uma subclassificação da taxa de desemprego da seguinte maneira:

- Desemprego Total: Desemprego Aberto + Desemprego Oculto (por desalento e por trabalho precário).
- Desemprego Aberto: corresponde as pessoas sem trabalho e que procuraram emprego nos últimos 30 dias e que não desenvolveram nenhuma atividade laborial nos últimos sete dias
- Desemprego Oculto por Trabalho Precário: corresponde às pessoas que exerceram algum tipo de atividade precária ou trabalho ocasional, não se caracterizando por um emprego regular e que desse modo, realizaram procura por emprego pelo menos nos últimos 12 meses.
- Desemprego Oculto por Desalento: corresponde as pessoas sem trabalho e que não procuraram emprego nos últimos 30 dias por desestímulo ou outros motivos, mas que apresentaram procura nos últimos 12 meses.
- Desse modo, a Taxa de Desemprego Total desse órgão apresenta maior abrangência do que a do *IBGE*, situando-se em patamares mais elevados.
- Porém, a observação atenta das duas pesquisas permite concluir que na verdade trata-se da caracterização de fenômenos distintos. A polêmica em torno das duas pesquisas já foi muito elevada e ainda permanece. Por um lado a defesa dos números divulgados pelo *DIEESE* consiste no fato de que esses dados refletem com maior precisão as características do mercado de trabalho no Brasil. Por outro lado, a Pesquisa Mensal de Emprego do *IBGE* representa a taxa oficial de desocupação, além de atender as recomendações da *OIT*, principalmente com relação à comparabilidade internacional.

Existem outras diferenças metodológicas entre essas duas pesquisas, principalmente no tocante a caracterização da população economicamente ativa, que no entanto, não se mostra relevantes para os objetivos do presente estudo.

Por fim, uma observação atenta permite perceber que as diferenças existentes entre essas pesquisas na verdade não são tão profundas, uma vez que a Taxa de Desemprego Aberto do *DIEESE* apresenta valores muito próximos da taxa de desocupação do *IBGE*.

Desse modo, podemos afirmar que na verdade trata-se de formas distintas de quantificar o fenômeno, o que não invalida o resultado desses inquéritos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do debate acerca das causas do desemprego, o fundamental nesse momento é localizar os fatores que possam reduzir essa ocorrência através de políticas de emprego e geração de renda.

Com relação à persistência do desemprego, a despeito de em alguns setores de atividade econômica as vagas não serem preenchidas devido à falta de trabalhadores qualificados, por outro lado, há um número muito grande de trabalhadores qualificados executando tarefas a quem de suas qualificações.

Esse processo tende a ocorrer principalmente em função da elevação dos graus de exigências das empresas no momento de contratação de funcionários.

Também, é possível afirmar que existem fortes evidências que demonstrem a relação entre o baixo grau de crescimento da economia nos últimos anos e a elevação nos indicadores de desemprego. Desse modo, afirma-se que as elevadas taxas de desemprego, verificada nos últimos anos na Região Metropolitana de São Paulo decorrem principalmente de condições macroeconômicas desfavoráveis do que em função a uma suposta baixa qualificação profissional dos trabalhadores.

Não se pretende com estas observações minimizar a problemática da qualificação profissional no Brasil. De fato, verifica-se, principalmente no início dos anos noventa, com o processo de abertura da economia brasileira, o incremento de processos de inovação tecnológica em vários segmentos da atividade industrial e de serviços, e, essa transição tem demandado profissionais com novas habilidades e níveis de qualificação mais elevados. É verdade que existem vagas em alguns seguimentos da economia que não são preenchidas em decorrência da inexistência de profissionais qualificados, no entanto, mesmo que todas estas vagas fossem preenchidas esse fator não minimizaria os atuais níveis de desemprego, mantido o atual padrão de crescimento da economia brasileira.

As qualificações mínimas exigidas pelas empresas no momento de contratação dos trabalhadores têm se elevado principalmente em função da existência de um grande número de trabalhadores qualificados sem inserção no mercado. Por exemplo, em atividades nas quais havia a exigência de escolaridade mínima de segundo grau, com o aumento do desemprego entre profissionais de nível superior, essas empresas elevaram os requisitos de contratação. Desse modo, esse profissional continua executando as mesmas tarefas que antes eram realizadas por pessoas com apenas o ensino médio. Percebe-se essa ocorrência principalmente em empresas com atividades relacionadas a atendimento por telefone ou telemarketing e também é bastante freqüente no setor bancário.

Outro exemplo que pode ser observado diz respeito à exigência de línguas estrangeiras, sendo que, as empresas colocam como necessária essa habilidade não

devido à natureza da atividade, mas devido à existência de trabalhadores com essas características disputando essas vagas no mercado de trabalho.

As possibilidades de crescimento nos níveis de emprego estariam inicialmente vinculadas diretamente à tendência de crescimento real da economia, porém seria necessário identificar setores capazes de absorver contingentes maiores de trabalhadores (setores de mão de obra intensiva). No Brasil sabe-se que é grande a contribuição das pequenas e micro empresas.

O setor terciário é responsável pela maior parcela do PIB brasileiro e têm apresentado tendência de crescimento frente aos demais setores da economia. Deste modo as políticas de emprego, bem como os treinamentos oferecidos através de recursos do FAT – Fundo de Assistência ao Trabalhador, deveriam enfatizar esse novo momento da economia e deslocar os treinamentos que ainda estão pautados em formar mão de obra para indústria.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, E. J.; ESTEVÃO, M. **A teoria econômica do desemprego**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BELLUZZO, L.G. Dinheiro e as transformações da riqueza. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. (Org.). **O poder do dinheiro, uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Petrópolis, 1998.
- BOLETIM DIEESE. São Paulo: DIEESE. A controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil. Ano XV, N.º 183, JUNHO DE 1996.
- DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Disponível em: <http://dieese.org.br/ped>. Acesso em: 01/04/2008.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1995.
- MARIANO, J. **Reestruturação e emprego na economia paulista: o setor comercial**. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia Política). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo.
- MERCADANTE, A. (org.). **O Brasil pós Real: a política em debate**. Campinas: UNICAMP, 1998.
- MONTAGNER, P. O desemprego e suas faces. **Cadernos PUC Economia**, São Paulo: EDUC, n. 7, 1997.
- PASTORE, J. **O desemprego tem cura**. São Paulo: Makron Books, 1998.
- PASTORE, J. **Encargos sociais no Brasil e no exterior**. Brasília: SEBRAE, 1994.
- POCHAMANN, M. **Trabalho sobre o fogo cruzado**. Campinas: Contexto, 1998.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego, diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.